

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados Ouro Verde de Mato Grosso -
Sicredi Ouro Verde MT**

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardelro
Av. Mostardelro, 322
10º andar – Molheiros de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso -
Sicredi Ouro Verde MT
Lucas do Rio Verde - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 08 de abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

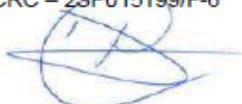
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
CIRCULANTE	1.370.650	1.553.878	CIRCULANTE	621.762	959.962
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	7.924	8.618	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		740.116	577.390	Depósitos à Vista	189.084
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		5	-	Depósitos a Prazo	152.440
Correspondentes no País		262	109		36.644
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	739.849	577.281	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	236.270
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	559.056	914.132	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	582.901
Operações de Crédito		627.131	985.786	Rapasses Interfinanceiros	14
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(68.075)	(71.654)	(NOTA 12)	236.256
OUTROS CRÉDITOS		44.074	41.647	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	2.578
Créditos por Avais e Fianças Honrados		2.366	1.573	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.904
Rendas a Receber		6.634	7.147		2.578
Diversos	(NOTA 07)	38.479	35.358	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	128.489
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(3.405)	(2.431)	(NOTA 13)	153.947
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	19.480	12.091	Empréstimos País - Outras Instituições	128.489
Outros Valores e Bens		26.586	19.223		153.947
(Provisão para desvalorização)		(7.494)	(7.948)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	65.341
Despesas Antecipadas		388	816	Cobrança e Arrecadação de Tributos	130
				Sociais e Estatutárias	107
				Fiscais e Previdenciárias	8.221
				Diversas	5.900
				(NOTA 14)	2.587
					2.285
					54.403
					52.570
NÃO CIRCULANTE	261.832	261.977	NÃO CIRCULANTE	576.089	483.769
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		167.143	173.407	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	589	517	DEPÓSITOS	(NOTA 11)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		589	517	Depósitos a Prazo	569.594
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	164.423	171.053	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	4.356
Operações de Crédito		221.750	211.326	Rapasses Interfinanceiros	(NOTA 12)
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(57.327)	(40.273)		4.356
OUTROS CRÉDITOS		2.131	1.837	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.139
Diversos	(NOTA 07)	2.199	1.837	Diversas	(NOTA 14)
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(68)	-		2.139
PERMANENTE		94.689	88.570	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	434.631
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	64.957	64.957	(NOTA 16)	372.124
Outros Investimentos		64.957	64.957	CAPITAL SOCIAL	214.856
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	21.754	16.735	De Domiciliados no País	195.226
Imóveis de Uso		7.668	7.668	(Capital a Realizar)	215.295
Outras Imobilizações de Uso		23.704	17.726		(439)
(Depreciação acumulada)		(9.618)	(8.659)	RESERVAS DE SOBRAS	192.721
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	7.978	6.878		156.489
Outros Ativos Intangíveis		13.544	11.247	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	27.054
(Amortização acumulada)		(5.566)	(4.369)		20.409
TOTAL DO ATIVO	1.632.482	1.815.855	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.632.482	1.815.855

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	116.854	6	116.860	236.889	13	236.902	308.035	16	308.051
Operações de Crédito	116.813	6	116.819	236.813	13	236.826	307.981	16	307.997
Resultado com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	41	-	41	76	-	76	35	-	35
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	19	-	19
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(75.872)	(1.021)	(76.893)	(179.682)	(1.844)	(181.526)	(302.285)	(2.985)	(305.270)
Operações de Captação no Mercado	(35.410)	(38)	(35.448)	(65.939)	(63)	(66.002)	(51.043)	(99)	(51.142)
Operações de Empréstimos e Repasses	(16.250)	(983)	(17.233)	(42.211)	(1.781)	(43.992)	(161.619)	(2.886)	(164.505)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.212)	-	(24.212)	(71.532)	-	(71.532)	(89.623)	-	(89.623)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	40.982	(1.015)	39.967	57.207	(1.831)	55.376	5.750	(2.969)	2.781
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	1.262	7.832	9.094	4.897	13.704	18.601	41.725	18.700	60.425
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	8.131	10.528	18.659	18.335	20.262	38.597	13.208	22.423	35.631
Rendas de Tarifas Bancárias	7.000	-	7.000	13.195	2	13.197	10.190	81	10.271
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(23.099)	(1.567)	(24.666)	(45.267)	(2.464)	(47.731)	(41.414)	(3.145)	(44.559)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 22)	(19.274)	(1.799)	(21.073)	(36.786)	(3.030)	(39.816)	(32.236)	(4.423)	(36.659)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(387)	(490)	(877)	(752)	(928)	(1.680)	(544)	(967)	(1.511)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	80.135	1.976	82.111	168.521	2.249	170.770	126.062	6.223	132.285
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(51.244)	(816)	(52.060)	(112.349)	(2.387)	(114.736)	(33.541)	(1.492)	(35.033)
RESULTADO OPERACIONAL	42.244	6.817	49.061	62.104	11.873	73.977	47.475	15.731	63.206
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(795)	91	(704)	1.201	91	1.292	(3.882)	(11)	(3.893)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	41.449	6.908	48.357	63.305	11.964	75.269	43.593	15.720	59.313
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.774	1.774	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	1.052	1.052	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	722	722	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	41.449	8.682	50.131	63.305	11.964	75.269	43.593	15.720	59.313
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	11.964	(11.964)	-	15.720	(15.720)	-
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	41.449	8.682	50.131	75.269	-	75.269	59.313	-	59.313
DESTINAÇÕES	-	-	-	(48.215)	-	(48.215)	(38.904)	-	(38.904)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(15.981)	-	(15.981)	(14.214)	-	(14.214)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.705)	-	(2.705)	(2.041)	-	(2.041)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(24.348)	-	(24.348)	(18.368)	-	(18.368)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(5.181)	-	(5.181)	(4.281)	-	(4.281)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	27.054	-	27.054	20.409	-	20.409

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	170.161	127.772	18.204	316.137
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.058	-	(12.045)	(5.987)
Destinações para reservas	-	6.068	(6.068)	-
Outras destinações	-	-	(91)	(91)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	11.659	-	-	11.659
Baixas de capital	(5.976)	-	-	(5.976)
Resultado do período	-	-	59.313	59.313
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.041)	(2.041)
Reserva Legal - Estatutária	-	18.368	(18.368)	-
Juros sobre o Capital Próprio	13.324	-	(14.214)	(890)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.281	(4.281)	-
Saldos no final do período em 31/12/2015	195.226	156.489	20.409	372.124
Mutações do Período	25.065	28.717	2.205	55.987
Saldos no início do período em 01/01/2016	195.226	156.489	20.409	372.124
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.646	-	(13.235)	(6.589)
Destinações para reservas	-	6.703	(6.703)	-
Outras destinações	-	-	(471)	(471)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	9.118	-	-	9.118
Baixas de capital	(10.924)	-	-	(10.924)
Resultado do período	-	-	75.269	75.269
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.705)	(2.705)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.348	(24.348)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.790	-	(15.981)	(1.191)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.181	(5.181)	-
Saldos no final do período em 31/12/2016	214.856	192.721	27.054	434.631
Mutações do Período	19.630	36.232	6.645	62.507
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	201.585	163.192	25.138	389.915
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.720	-	-	4.720
Baixas de capital	(6.239)	-	-	(6.239)
Resultado do período	-	-	50.131	50.131
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.705)	(2.705)
Reserva Legal - Estatutária	-	24.348	(24.348)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.790	-	(15.981)	(1.191)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	5.181	(5.181)	-
Saldos no final do período em 31/12/2016	214.856	192.721	27.054	434.631
Mutações do Período	13.271	29.529	1.916	44.716

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT
CNPJ/MF nº 26.529.420/0001-53

	01/07/2016 a 31/12/2016 <i>(Não Auditado)</i>	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 <i>(Reclassificado)</i>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	49.757	91.055	79.829
Resultado do semestre/exercício	50.131	75.269	59.313
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(374)	15.786	20.516
Provisão para operações de crédito	287	13.475	14.804
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.173	(454)	4.260
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(286)	1.042	1.616
Depreciação do imobilizado de uso	1.259	2.353	1.889
Amortização do intangível	650	1.197	1.019
Baixas do ativo permanente	462	537	254
Provisão para passivos contingentes	267	56	410
Destinações ao FATES	(2.705)	(2.705)	(2.041)
Dividendos SicrediPar	(1.481)	285	(1.695)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(54.024)	91.082	102.301
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(38)	(72)	(517)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras ativas	12.114	(5)	(2.822)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(5)	(153)	216
(Aumento) Redução em operações de crédito	(56.971)	348.231	(36.763)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	13.133	(354.220)	86.807
(Aumento) Redução em outros créditos	485	(4.048)	(12.291)
(Aumento) em outros valores e bens	(5.774)	(6.935)	(13.865)
Aumento em depósitos	6.021	128.868	116.503
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(1.207)	674	(1.071)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(26.399)	(25.458)	(29.553)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.665)	(2.512)	(2.583)
(Redução) Aumento em outras obrigações	6.282	6.712	(1.760)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.267)	182.137	182.130
Aquisição de Investimentos	-	-	(11.747)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.221)	(7.909)	(6.570)
Aplicações no Intangível	(433)	(2.297)	(3.194)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(4.654)	(10.206)	(21.511)
Integralização de capital	4.720	9.118	11.659
Baixa de capital	(6.239)	(10.924)	(5.976)
Juros ao capital próprio	(1.191)	(1.191)	(890)
Distribuição de Sobras	-	(7.060)	(6.078)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.710)	(10.057)	(1.285)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(11.631)	161.874	159.334
Caixa e equivalente de caixa no início do período	759.404	585.899	426.565
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	747.773	747.773	585.899

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 24/02/1990 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta", os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima citados, foi efetuada a reclassificação das seguintes informações: No Balanço Patrimonial os passivos tributários foram reclassificados para o grupo de Outras Obrigações Diversas, no exercício anterior estavam alocados em Outras Obrigações Fiscais e Previdenciárias e na Demonstração de Sobras ou Perdas foram realocados alguns dos valores referentes a "Rendas de tarifas bancárias", bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	1.554.037	(159)	1.553.878
OUTROS CRÉDITOS	41.806	(159)	41.647
Diversos	35.517	(159)	35.358
Ativo Não circulante	261.818	159	261.977
OUTROS CRÉDITOS	1.678	159	1.837
Diversos	1.678	159	1.837
Passivo circulante	959.962	-	959.962
OUTRAS OBRIGAÇÕES	60.862	-	60.862
Fiscais e Previdenciárias	2.401	(116)	2.285
Diversas	52.454	116	52.570

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	60.425	-	60.425
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	36.081	(450)	35.631
Rendas de Tarifas Bancárias	9.821	450	10.271
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	102.818	(517)	102.301
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	182.647	(517)	182.130
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(22.028)	517	(21.511)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 03 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	7.924	8.618
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	739.849	577.281
Total	747.773	585.899

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	589	517
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	589	517
Total realizável a longo prazo	589	517

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	364.675	199.049	563.724	869.445
Financiamentos	68.091	15.294	83.385	64.211
Financiamentos rurais e agroindustriais	194.365	7.407	201.772	263.456
Carteira total	627.131	221.750	848.881	1.197.112

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	2.366	-	2.366	1.573
Devedores por compra de valores e bens	989	2.198	3.187	2.432
Títulos e créditos a receber (i)	26.525	1	26.526	23.419
Total	29.880	2.199	32.079	27.424

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	197.591	241.969	988	1.210
Nível B	1,00	299.414	485.937	2.994	4.859
Nível C	3,00	91.790	278.596	2.754	8.358
Nível D	10,00	117.146	73.078	11.715	7.308
Nível E	30,00	60.603	52.410	18.242	15.744
Nível F	50,00	40.248	25.525	20.124	12.763
Nível G	70,00	7.035	9.685	4.925	6.780
Nível H	100,00	67.133	57.336	67.133	57.336
Total (i)		880.960	1.224.536	128.875	114.358

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			2015
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total da Carteira
Pessoas Físicas	22.036	101.094	191.315	162.599	477.044
Rural	1.097	3.203	190.065	7.407	201.772
Industrial	715	3.608	5.591	1.951	11.865
Comércio	6.564	36.853	37.657	29.031	110.105
Outros Serviços	1.999	21.757	33.455	22.963	80.174
Total	32.411	166.515	458.083	223.951	880.960
					1.224.536

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	82.964	9,42	110.912	9,06
50 devedores seguintes	188.838	21,44	249.337	20,36
100 devedores seguintes	147.759	16,77	193.821	15,83
Demais	461.399	52,37	670.466	54,75
Total	880.960	100	1.224.536	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	114.358	97.938
Constituição de provisão	71.532	89.623
Movimentação de baixados para prejuízo	(57.015)	(106.043)
Saldo final	128.875	114.358

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 20.473 (2015 - R\$ 11.911), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 135.185 (2015 - R\$ 74.635).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	395	362
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	4.313	3.696
Devedores por compra de valores e bens	989	757
Devedores por depósitos em garantia	896	520
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.906	1.252
Títulos e créditos a receber	26.525	23.416
Valores honrados	340	2.615
Cotas de consórcio	5	5
Operações com cartões	154	190
Pendências a regularizar	531	1.514
Outros	2.425	1.031
Total Circulante	38.479	35.358

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	159
Devedores por compra de valores e bens	2.198	1.675
Títulos e créditos a receber	1	3
Total realizável a longo prazo	2.199	1.837

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

(ii) Refere-se basicamente ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	26.586	19.223
Imóveis	26.009	18.683
Veículos e afins	30	19
Máquinas e equipamentos	26	-
Bens em regime especial	521	521
Despesas antecipadas	388	816
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(7.494)	(7.948)
Total Circulante	19.480	12.091

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 7.494 (2015 - R\$ 7.948) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	32.237	32.237
Sicredi Participações S.A.	32.695	32.695
Outras Participações e Investimentos	25	25
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outros Investimentos	22	22
Total	64.957	64.957

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	10.616.768 ON	10.616.768 ON	4	4	32.236.684	32.236.684
	22.078.482 PN	22.078.482 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	3,76%	4,06%	2,34%	2,67%	27,45%	27,56%
Capital social	869.279	804.351	165	138	117.452	116.950
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	122.111	121.225
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	500	585
Valor do investimento	32.695	32.695	4	4	32.237	32.237

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	31.372	(9.618)	21.754	16.735
Imobilizações em curso	-	3.208	-	3.208	2.080
Terrenos	-	2.777	-	2.777	2.777
Edificações	4%	4.891	(1.842)	3.049	3.276
Instalações	10%	6.533	(1.625)	4.908	3.338
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.056	(2.070)	3.986	2.159
Sistema de comunicação	10%	206	(72)	134	106
Sistema de processamento de dados	20%	6.107	(3.345)	2.762	2.018
Sistema de segurança	10%	648	(250)	398	308
Sistema de transporte	20%	946	(414)	532	673
Intangível (i)	5% a 15%	13.544	(5.566)	7.978	6.878
Investimentos Confederação		13.544	(5.566)	7.978	6.878
Total		44.916	(15.184)	29.732	23.613

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	152.440	-	-	152.440	152.466
Depósitos a prazo	9.933	26.711	569.594	606.238	477.344
Total	162.373	26.711	569.594	758.678	629.810

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	189.476	236.417
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	189.476	236.417
Outros Recursos	46.780	346.479
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	46.780	346.479
Total circulante	236.256	582.896
Recursos do Crédito Rural	4.356	11.945
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.356	11.945
Total exigível a longo prazo	4.356	11.945

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 12,75% a.a. com vencimentos até 08/10/2018, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	128.489	153.947
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	15.412	14.425
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	50.470	10.598
Outras instituições	62.607	128.924
Total circulante	128.489	153.947

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	9	5.822
Obrigações por convênios oficiais	78	84
Provisão para pagamentos a efetuar	9.690	9.369
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	748	692
Provisão para coobrigações (i)	13.244	8.583
Juros dívida subordinada (ii)	220	-
Pendências a regularizar	59	1.486
Operações com cartões	25.455	21.786
Demais fornecedores	744	819
Credores diversos	4.156	3.929
Total circulante	54.403	52.570
Principal dívida subordinada (ii)	2.139	2.362
Total exigível a longo prazo	2.139	2.362

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	30	254	(191)	93
Cível	546	1.048	(1.055)	539
Tributária	116	-	-	116
Total	692	1.302	(1.246)	748

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	93	30
Cível	Provável	539	546
Tributária	Provável	116	116
Total		748	692

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária(i), cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 69; R\$ 976 e R\$ 617 (2015 - R\$ 0, R\$ 741 e R\$ 401), respectivamente.

Quanto a Contingência Tributária possível, a Sicredi Ouro Verde MT possui em andamento processo administrativo de nº 1261856, versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do ICMS. O processo encontra-se em fase de impugnação, atingindo o valor de R\$ 394, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	214.856	195.226
Total de associados	56.424	58.671

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 19.630 (2015 – R\$25.065), sendo R\$ 21.436 (2015 – R\$ 19.382) via integralização de resultados e R\$ 9.118 (2015 – R\$ 11.659), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 10.924 (2015 – R\$ 5.976).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 15.981 mil, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2016 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Ouro Verde de Mato Grosso - Sicredi Ouro Verde MT utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 600 (R\$ 600 em dezembro de 2015), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	75.269	38.904
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(31.613)	(16.340)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	15	316
Provisão de PPR	(10)	40
Receita com atos cooperativos	26.588	17.437
Juros sobre o capital próprio	6.712	5.686
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	1.111
Outros	(1.692)	(8.250)
Subtotal	31.613	16.340
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	589	517
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	739.849	577.281
Outros Créditos - Rendas a receber	1.898	3.361
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	4.145	3.493
Despesas antecipadas (Nota 08)	348	742
Investimentos (Nota 09)	64.936	64.936
Intangível (Nota 10)	7.978	6.878
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	240.612	594.841
Obrigações por empréstimos	15.412	14.425
Outras Obrigações - Diversas	24.570	20.825
Principal e juros dívida subordinada	2.359	2.362
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	76	35
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	9.655	183
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	136.073	72.843
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	44.296	54.116
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	4.137	3.646
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 21)	20.127	18.220

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	994	0,65%	295
Depósitos a prazo	7.883	1,30%	3.866
Operações de crédito	19.630	2,31%	15.190

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	3.749	2.849

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	7.421	6.448
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	92.347	68.129
Reversão de provisões operacionais	25.546	4.837
Outras rendas operacionais	45.456	52.871
Total	170.770	132.285

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	20.542	9.429
Contribuição O.C.E.	105	96
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	3.485	3.545
Contribuição Confederação Sicredi	10.999	9.693
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	3.458	3.306
Encargos da administração financeira	509	403
Repasso Administradora de Cartões	1.182	698
Outras provisões operacionais	25.313	1.403
Outras despesas operacionais	49.143	6.460
Total	114.736	35.033

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 39.816 (2015 - R\$ 36.659), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	350.633	357.107
Coobrigações em cessões de crédito	-	78
Total	350.633	357.185

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	430.947	370.354
Capital principal - CP	430.947	370.354
Capital social	-	-
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	192.721	156.489
Lucros acumulados	27.054	20.409
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	3.684	1.770
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:	1.887	2.363
Ativo classificado como dívida subordinada	1.887	2.363
Dívida subordinada	-	-
Total do capital qualificado	432.835	372.716
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	154.333	187.413
Índice sobre o PR considerando a RBAN	29,69%	22,05%
Situação para o limite de imobilização	26.073	21.869
Índice de imobilização (limite 50%)	6,02%	5,87%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Almir Augusto Martini
Diretor de Operações
CPF: 395.247.361-87

Jocelir Davi Pelicioli
Diretor de Negócios
CPF: 450.263.430-15

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72